



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



### **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI, ME, EPP**

**PROCESSO Nº 0033443  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026**

Regido pela lei nº 14.133/21, Lei complementar nº 123/06, Decreto nº. 6.956/2023, que dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital.

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS FISIOTERAPÊUTICOS, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIO, A SEREM UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DIÁRIAS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE FRONTEIRA/MG.**

**INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA/FMAS.**

**CADASTRO DAS PROPOSTAS INICIAIS ATÉ ÀS 08H29MIN DO DIA 18 DE JUNHO DE 2026, NA PLATAFORMA DE LICITAÇÕES WWW.LICITANET.COM.BR.**

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 08H30MIN DO DIA 18 DE JUNHO DE 2026.**

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** Plataforma de licitações: <https://licitanet.com.br>

**ATO DE DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO: DECRETO Nº 7.580/2025**

**ATO DE DESIGNAÇÃO DA PREGOEIRA: DECRETO Nº 7.940/2026**

**VALOR ESTIMADO GLOBAL DE CONTRATAÇÃO: R\$ 23.088,23 (vinte e três mil oitenta e oito reais e vinte e três centavos)**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**ESCLARECIMENTOS:**

Diretamente pela plataforma de licitações – Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br> ou através do e-mail [licita2@fronteira.mg.gov.br](mailto:licita2@fronteira.mg.gov.br).

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação via Internet, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases, através do site: <https://licitanet.com.br>.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



No dia, hora e local indicado e de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias úteis, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou expediente normal, subsequente ao ora fixado.

Não será aceito protocolo de solicitação de expedição de documentos e certidões, para entrega em substituição aos documentos requeridos para a habilitação no presente Edital.

Será comunicado, via Internet através de mensagens, e pelos meios de divulgação inicial, qualquer alteração no edital que importe em modificação de seus termos, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos.

Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital, excetuadas as permissões legais.

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico da Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br>, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em [www.frenteira.mg.gov.br](http://www.frenteira.mg.gov.br).

A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

Com as mudanças aplicadas pela Lei Federal nº 14.133/21, salientamos a necessidade de anexar à plataforma de licitações **LICITANET**, endereço eletrônico <https://licitanet.com.br>, somente a proposta, sendo a documentação anexada apenas do(s) licitantes declarados vencedores.



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO  
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI, ME, EPP**

**PROCESSO Nº 0033443**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026**

**ÍNDICE**

- 1 - PREÂMBULO
- 2 – OBJETO
- 3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 4 - NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO
- 5 - IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
- 6 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME
- 7 - CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITANET
- 8 - CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL
- 9 - ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES
- 10 - SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS
- 11 - FORMULAÇÃO DE LANCES
- 12 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
- 13 - CRITÉRIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES
- 14 - ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
- 15 - ENCAMINHAMENTO DA MELHOR PROPOSTA
- 16 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 17 - RECURSO
- 18 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
- 19 - CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
- 20 - GARANTIA DE EXECUÇÃO
- 21 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
- 22 - REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO
- 23 - ACRÉSCIMOS E /OU REDUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
- 24 – EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
- 25 - EXECUÇÃO DO OBJETO
- 26 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
- 27 - PAGAMENTO
- 28 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
- 29 - INFRAÇÕES
- 30 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 31 - DISPOSIÇÕES GERAIS



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



### EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI, ME, EPP

**PROCESSO Nº 0033443**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026**  
**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**1. PREÂMBULO** - O Município de Fronteira, torna público, por determinação de seu Prefeito Municipal, que se acha aberta, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO POR ITEM nos termos da Lei nº 14.133/21, Leis Complementares 123/06, 147/14 e 155/16, Decreto Municipal nº. 6.956/2023, que dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, encerrando-se o prazo para recebimento da PROPOSTA, sendo:

**Cadastro das propostas iniciais até às 08h29min do dia 18 DE JUNHO DE 2026. na plataforma de licitações [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).**

Abertura da Sessão Pública: **08h30min do dia 18 DE JUNHO DE 2026.**

1.1. Os trabalhos serão conduzidos pela Senhora Rosaine Tiago de Oliveira Araújo, Pregoeira e pela Equipe de Apoio, integrada pelas Senhoras Vanessa Barbosa de Oliveira Cardoso e Karine Vanessa Luciano, todos designadas através do Decreto Municipal nº 7.940/2026, anexado aos autos do procedimento de contratação.

1.2. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG; através do endereço eletrônico [www.frenteira.mg.gov.br](http://www.frenteira.mg.gov.br), na Plataforma de Licitações LICITANET, através do endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP – [www.pncp.gov.br](http://www.pncp.gov.br) e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Fronteira, em dias e horários de expediente (08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min), a partir da data de sua publicação.

1.3. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico da Plataforma de licitações LICITANET, através do endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), bem como, no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em [www.frenteira.mg.gov.br](http://www.frenteira.mg.gov.br).

1.4. A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse a plataforma de licitações ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

**2. OBJETO** - O presente Pregão Eletrônico tem por objeto o **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS FISIOTERAPÊUTICOS, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIO, A SEREM UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DIÁRIAS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE FRONTEIRA/MG.**, conforme condições e especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

**3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO** - Poderão participar deste Pregão Eletrônico, empresas legalmente constituídas, do ramo pertinente ao objeto licitado, que satisfaçam as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

**3.1. O objeto deste Pregão Eletrônico, é destinado a participação exclusiva de empresas enquadradas como MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



**3.2. Todas as empresas que atendam o disposto no item anterior e que até às 08h29min do dia 18 DE JUNHO DE 2026,** cadastrem as suas propostas de preços, na forma prevista neste Edital, junto ao **SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO (LICITAÇÕES) DA LICITANET** – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

3.3. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente cadastramento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

3.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

3.5. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número (34) 2512-6500 – Opção 2; (34) – 3014 – 6633, e-mail: [comercial@licitanet.com.br](mailto:comercial@licitanet.com.br).

3.6. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

### **3.7. SUBCONTRATAÇÃO:**

3.7.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, exceto na hipótese de fornecimento secundário que não integre a essência do item, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.

### **3.8. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:**

3.8.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade dos bens a serem adquiridos, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

**4. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO** - Empresas com falência decretada ou concordata, salvo se em recuperação judicial e neste caso, mediante apresentação do plano de recuperação concedido ou homologado judicialmente (TCU, Acórdão 1201, de 13/05/2020-Plenário e Acórdão 2265, de 22/08/2020-Plenário).

4.1. Pessoa Jurídica suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Fronteira, durante o prazo da sanção aplicada.

4.2. Pessoa Jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

4.3. Pessoa Jurídica impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Fronteira, durante o prazo da sanção aplicada.

4.4. Pessoa Jurídica proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998.

4.5. Pessoa Jurídica proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



4.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

4.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

4.8. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.9. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.

4.10. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

4.11. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

4.12. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

4.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

4.14. Que não atendam o disposto no item 3 deste Edital.

4.15. Empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade dos serviços a serem adquiridos, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de executar os serviços de forma independente.

4.16. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

**5. IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO** - Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido no e-mail: [licita2@fronteira.mg.gov.br](mailto:licita2@fronteira.mg.gov.br) ou diretamente pela plataforma **SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO (LICITAÇÕES) DA LICITANET** – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), no local específico dentro do presente processo licitatório; cabendo ao Agente de Contratação decidir sobre a petição no prazo de 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.1. Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



5.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

5.3. A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

### **6. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:**

**6.1. CONDUÇÃO DO CERTAME.** O certame será conduzido pela Pregoeira Oficial, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

6.1.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

6.1.2. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

6.1.3. Abrir as propostas de preços;

6.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;

6.1.5. Desclassificar propostas, indicando os motivos;

6.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de MENOR PREÇO POR ITEM;

6.1.7. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

6.1.8. Declarar o vencedor;

6.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

6.1.10. Elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;

6.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

**7. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITANET** - As pessoas jurídicas interessadas deverão nomear, através do Termo de Credenciamento, operador devidamente habilitado pela LICITANET, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

7.1. O acesso do operador ao Pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço, lances sucessivos de preços e envio de documentação, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

7.2. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da LICITANET.

7.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à LICITANET a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



7.4. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

**8. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL** - Todos os interessados poderão credenciar suas propostas iniciais, preenchendo o formulário eletrônico disponível na Plataforma Licitanet ou utilizar-se de modelo próprio, **VEDADA A SUA IDENTIFICAÇÃO, até às 08h29min do dia 18 DE JUNHO DE 2026.**

8.1. A quantidade mínima a ser cotada serão aquelas previstas no Termo de Referência.

8.2. Não será admitida a possibilidade de prever preços diferentes.

8.3. Não será admitida a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência.

8.4. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, inclusive sobre o enquadramento como MEI, ME ou EPP. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.5. O preenchimento da proposta eletrônica deverá, obrigatoriamente, ser feito por meio do sistema LICITANET, contendo as especificações, marca, modelo (no que couber) e valor unitário e total do produto ofertado.

8.6. As Microempresa (ME), Microempreendedor Individual (MEI) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), será obrigatória a informação desse regime fiscal no campo próprio da plataforma ou proposta, sob pena de desclassificação de sua proposta.

8.7. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no Anexo 01.

8.8. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão. Em caso de ausência ou divergência desta informação, prevalecerá a estabelecida no edital.

8.9. O valor ofertado será considerado completo e abrange todos os tributos impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos diretos e indiretos, encargos sociais, trabalhistas, fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, produtos, transporte do produto e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

**9. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES** - A partir do horário previsto no Edital e na plataforma LICITANET, para cadastramento e inclusão da proposta inicial, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando a Pregoeira a avaliar a aceitabilidade das propostas.

9.1. Havendo eventual empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



9.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.2. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.2.2. Empresas brasileiras;

9.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.197, de 29 de dezembro de 2009.

9.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**10. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS** - Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixadas neste edital.

10.1. Por ação da licitante ofertante que contenham elementos que **permitam sua identificação**.

10.2. Propostas com descritivos, marcas e modelos que não atendam às especificações técnicas do Termo de Referência.

10.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.4. Propostas que após a fase de lances, permanecerem com valores superiores ao estimado pela Administração, de acordo com a pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Compras desta Prefeitura.

**11. FORMULAÇÃO DE LANCES** - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.1. O lance ofertado é irretratável e de inteira responsabilidade do licitante.

**11.2. O intervalo mínimo entre os lances será de 3,00% (três por cento) decrescido do menor lance registrado.**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



11.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.4. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

11.5. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

11.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, por meio de mensagem eletrônica na caixa de mensagem (chat) ou e-mail divulgando data e hora da reabertura da sessão.

11.7. O modo de disputa será o **ABERTO**, O tempo da etapa de lances será de 10 (dez) minutos e será encerrada por prorrogação automática.

11.8. O sistema informará, na ordem de classificação, todas as propostas, partindo da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

11.9. A Pregoeira anunciará o licitante detentor da melhor proposta ou lance de MENOR PREÇO POR ITEM, imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

11.10. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também, nessa etapa, a Pregoeira poderá negociar com o participante para que seja obtido melhor preço;

11.11. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação.

**12. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO** - Para julgamento desta licitação será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com o item 8.2. do Termo de Referência.

12.1. A Pregoeira anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de MENOR PREÇO POR ITEM imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Pregoeira acerca da aceitação do lance de MENOR PREÇO POR ITEM.

12.2. Se a proposta ou o lance de MENOR PREÇO POR ITEM não for aceitável, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

12.3. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

**13. CRITÉRIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES:** Esta licitação é destinada à participação exclusiva de MEI, ME ou EPP, de acordo com o art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e art. 101 do Decreto Municipal nº 6.956/2023.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



13.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito negativa;

13.1.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**14. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA** - Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1. Lista de empresas impedidas ou suspensas de participar de licitações com a administração pública do Município de Fronteira/MG.

14.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas. CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

14.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

14.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

14.5. Existindo alguma sanção aplicada à empresa, esta será declarada DESCLASSIFICADA.

14.6. Não constando nenhuma restrição no CNPJ do fornecedor, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do lance ofertado em relação ao orçamento estimado para a contratação neste Edital e em seus anexos.

14.7. Serão desclassificadas as propostas que:

14.7.1. Contiverem vícios insanáveis;

14.7.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste edital;

14.7.3. Apresentarem valores inexequíveis ou permanecerem acima do valor estimado para a contratação;

14.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

14.8.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

14.9. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



14.10. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

14.11. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14.12. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

14.13. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, via plataforma, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

14.14. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

14.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

14.16. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

14.17. A Pregoeira deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de MENOR PREÇO POR ITEM, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

14.18. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido MENOR PREÇO POR ITEM.

14.19. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

**15. ENCAMINHAMENTO DA MELHOR PROPOSTA** - A empresa que ofertar o MENOR PREÇO POR ITEM para o item, deverá enviar a sua proposta atualizada, **exclusivamente no Módulo PROPOSTA FINAL** da Plataforma LICITANET, **no prazo máximo de 02 (duas) horas**, a contar da solicitação da Pregoeira.

15.1. Encerrado o prazo previsto no item anterior, a Pregoeira procederá a desclassificação da proposta e procederá a renegociação com as propostas classificadas na ordem subsequente.

15.2. **A empresa poderá utilizar-se da proposta da Plataforma LICITANET ou do modelo Anexo III – Minuta da Proposta Atualizada**, que deverá ser assinada pelo seu representante legal, podendo ser assinaturas digitais ou manuais.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



15.3. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

15.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

15.5. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15.6. A proposta deverá indicar a Razão Social, CNPJ, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail).

**16. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** - O fornecedor será convocado a enviar a documentação no formato digital, contemplando a habilitação Jurídica, Fiscal, Social, Trabalhista, econômico-financeira e técnica, **no prazo de 02(duas) horas EXCLUSIVAMENTE NO MÓDULO DOCS. LEGAL da plataforma LICITANET.**

16.1. Documentação de habilitação eventualmente enviadas no módulo PROPOSTA FINAL serão DESCONSIDERADAS.

### **16.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

16.2.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e deverá ser comprovada com a apresentação dos documentos abaixo relacionados, conforme o caso:

16.2.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

16.2.1.2. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;

16.2.1.3. Requerimento de Empresário Individual;

16.2.1.4. Outros documentos não mencionados anteriormente.

16.2.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **16.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

16.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

16.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, **pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;**

16.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2016;

16.3.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;



16.3.5. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

16.3.6. Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

16.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva com efeito de negativa quanto aos Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

16.3.8. Declaração referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – Anexo IV;

#### **16.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

16.4.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

16.4.1.1. As empresas com menos de um exercício financeiro devem apresentar Balanço de Abertura ou o último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso;

16.4.1.2. O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis apresentadas deverão conter assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador ou, caso apresentadas por meio de publicação, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação;

16.4.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias do certame, se outro prazo não constar do documento. No caso de sociedade(s) civil(s), deverá ser apresentada a certidão negativa de distribuição de processos civis, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. No caso de certidão positiva, a licitante deverá juntar certidão de objeto e pé, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões).

#### **16.5. DEMAIS DECLARAÇÕES**

16.5.1. O licitante obriga-se a declarar sob as penalidades legais, podendo ser mediante os modelos em anexo, ou pelo modelo do sistema LICITANET:

16.5.1.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas – Anexo V.

16.5.1.2. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas – Anexo VI.

#### **16.6. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO**

16.6.1. As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão;

16.6.2. Após o encerramento do prazo para envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º);





## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



16.6.2.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

16.6.2.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**17. RECURSO** - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o licitante que julgar necessário deverá manifestar a sua intenção de interposição de recurso, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão.

17.1. A falta de manifestação imediata da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando a Pregoeira autorizada a prosseguir com o feito.

17.2. Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente;

17.2.1. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

17.2.2. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

17.3. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

**18. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**19. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO** - Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar o Contrato Administrativo, que obedecerá ao modelo anexo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Departamento de Licitações, sob pena de decair do direito ao registro dos seus preços.

19.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.2. O prazo estabelecido no item 19.1, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

**20. GARANTIA DE EXECUÇÃO** - Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.



**21. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO** - O prazo de vigência do contrato administrativo será de 1 (um) ano.

**22. REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO** – Não se aplica.

**23. ACRÉSCIMOS E /OU REDUÇÃO DA ATA DE REGISTROS DE PREÇOS** - A Contratada será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**24. EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO** - Constituirão motivos para extinção do contrato as seguintes situações:

24.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

24.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

24.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

24.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

24.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

24.6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

24.7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

24.8. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

24.9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

24.10. Serão observados na rescisão do contrato os termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21.

24.11. A rescisão deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**25. EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**25.1. FORMA DE FORNECIMENTO:**

25.1.1. O fornecimento dos bens será conforme a necessidade e demanda da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Município;



**25.2. CONDIÇÕES DE ENTREGA:**

25.2.1. O fornecedor deverá entregar os bens de forma provisória, de acordo com a necessidade da APAE, em dias úteis, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do pedido, respeitando-se o horário de recebimento, no Seguinte Endereço:

25.2.1.1. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE).

ENDEREÇO: AVENIDA AFONSO GAIOSO, Nº 260, VILA RESIDENCIAL DE FURNAS - CEP: 38.230-000.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: SEGUNDA À SEXTA-FEIRA DAS 08:00 ÀS 10:00 E DAS 13:00 ÀS 16:00 HORAS.

25.2.2. Os bens deverão ser descarregados, montados e entregues no interior dos locais designados para a entrega, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Promoção Humana, que especificará nas Autorizações de Fornecimento o quantitativo a ser entregue, devendo a Contratada obedecer ao prazo, local e horários especificados no Termo de Referência;

25.2.3. O custo referente ao transporte dos bens será de responsabilidade única da contratada e deverá ser transportado de acordo com a legislação sanitária, se for o caso;

25.2.4. Os bens deverão ser entregues montados pela contratada para avaliação da fiscalização;

25.2.5. Os bens deverão ser entregues em embalagens adequadas à natureza dos mesmos, ou seja, que resistam ao peso, à forma e às condições de transporte, garantindo que sejam entregues em perfeito estado de conservação e limpeza. O material danificado não será recebido;

25.2.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, indicando novo prazo para entrega do objeto.

**25.3. PRAZO DE VALIDADE/GARANTIA DOS BENS:**

25.3.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**25.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

25.4.1. Receber, fiscalizar, orientar, contestar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto adquirido;

25.4.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento Contratada, podendo realizar testes nos bens fornecidos;

25.4.3. Atestar nas notas fiscais/fatura a efetiva entrega do objeto Contratada e o seu recebimento;

25.4.4. Efetuar os pagamentos devidos;

25.4.5. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da Contratada, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;

25.4.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;



25.4.7. O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da aquisição, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**25.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

25.5.1. A Contratada cumprirá todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto:

25.5.2. Entregar os bens de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência;

25.5.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à execução do fornecimento;

25.5.4. Substituir, no prazo fixado pelo Contratante, os itens fornecidos fora das especificações ou com quaisquer outras irregularidades;

25.5.5. Garantir a boa qualidade dos materiais entregues;

25.5.6. Responsabilizar-se pelo transporte dos itens, de seu estabelecimento até o local determinado, bem como pelo seu descarregamento e montagem;

25.5.7. Considerar os preços propostos completos e suficientes para aquisição dos bens, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte da contratada;

25.5.8. Arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes da aquisição, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens licitados;

25.5.9. Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Termo de Referência;

25.5.10. Indenizar terceiros e ao contratante os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação, em conformidade com o artigo 120 da Lei n.º 14.133/21;

25.5.11. Prestar informações sobre a utilização do objeto;

25.5.12. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no pregão eletrônico, durante o prazo de entrega do objeto, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

25.5.13. Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

25.5.14. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor.



**26. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** - Somente a título de informação será demonstrada a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Órgão: 02 - EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN. PLANEJ. E FINANÇAS

Função: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

Subfunção: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 1004 – BLOCO GESTÃO ADMINISTRATIVA

Projeto/Atividade: 2.188 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL - FMAS

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Subelemento: 4.4.90.52.18.00 – MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS

Fonte de Recurso: 2661 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTAD. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1500 – RECURSOS NÃO VINCULADO DE IMPOSTOS

**27. PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme solicitação do Contratante.

27.1. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a marca, modelo e o quantitativo efetivamente entregue.

27.2. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal conforme legislação vigente.

27.2.1. Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

27.3. Forma de Pagamento: O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

**28. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO:** Ficará à cargo da senhora Eliana Aparecida de Freitas - Assistente Social; a Gestão do Contrato Administrativo.

28.21. Ficará a cargo da Senhora na Ana Gabriela da Silva Gomes – Diretor do CRAS, a fiscalização do Contrato Administrativo.

28.2. As obrigações decorrentes desta licitação deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, *caput*).

28.3. A execução das obrigações decorrentes desta licitação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal DO CONTRATO ADMINISTRATIVO ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, *caput*), que:

28.3.1. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).

28.3.2. Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).



**29. INFRAÇÕES** - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- 29.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.
- 29.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- 29.3. Dar causa à inexecução total do contrato.
- 29.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- 29.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 29.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 29.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- 29.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- 29.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- 29.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 29.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 25º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**30. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 30.1. Advertência;
- 30.2. Multa;
- 30.3. Impedimento de licitar e contratar e;
- 30.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 30.5. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 30.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 30.5.2. Aas peculiaridades do caso concreto.





30.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

30.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

30.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

30.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 29% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

30.6.1. Para as infrações previstas nos itens 29.1 à 29.6 deste Edital, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

30.6.2. Para as infrações previstas nos itens 29.7 a 29.11 deste Edital, a multa será de 15% à 29% do valor do contrato licitado.

30.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

30.8. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato, DO CONTRATO ADMINISTRATIVO ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas neste edital.

30.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

30.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 29.1 à 29.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste ente federativo pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

30.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática de infrações dispostas nos itens 29.7 à 29.11 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 29.1 à 29.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

30.12. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

30.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão, recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

30.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



30.14.1. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

30.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**31. DISPOSIÇÕES GERAIS** - Homologada a licitação o adjudicatário receberá autorização de fornecimento ou instrumento equivalente de acordo com a necessidade da Prefeitura.

31.1. Caso o adjudicatário não forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

31.2. É facultado a Pregoeira ou a autoridade competente, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

31.3. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente a execução dos serviços sem autorização expressa da Administração.

31.4. A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado, sendo garantido o recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata.

31.5. A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

31.6. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

31.7. Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pela pregoeira de forma exclusiva pela plataforma de licitações LICITANET.

31.8. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

31.9. No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

31.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



31.11. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o Art. 259, § 2º c/c art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

31.12. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Código Penal Brasileiro.

31.13. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

31.14. O Instrumento Convocatório é parte integrante DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.

31.15. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto ao Agente de Contratação e a Equipe de Apoio, nos dias úteis, das 08h29min às 11h00min e das 13h00min às 12h00min, pelo e-mail [licita2@fronteira.mg.gov.br](mailto:licita2@fronteira.mg.gov.br) e telefone (34) 3199-9990. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através da Plataforma de licitações LICITANET. [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

31.16. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico da Plataforma de licitações LICITANET – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) bem como, no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em [www.fronteira.mg.gov.br](http://www.fronteira.mg.gov.br).

*31.17. Conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, Decisão Supremo Tribunal Federal. Tema 1131 de 020 de outubro de 2021 Recurso Extraordinário nº 1.223.4253 e IN 21425 de 31 de junho de 2023: ficam os municípios OBRIGADOS a efetuar a retenção, na fonte, do Imposto de Renda;*

*31.17.1. Portanto, o Município de Fronteira/MG; efetuará as RETENÇÕES RELATIVAS AO IMPOSTO DE RENDA incidente sobre a prestação de serviços, devendo o credor efetuar o devido destaque da retenção nas notas fiscais, conforme consta na IN da RFB nº 1234/2012 e seu anexo I, como condição para recebimento dos valores.*

31.18. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

31.19. Integram o Presente Edital:

31.19.1. Anexo I - Termo de Referência;

31.19.2. Anexo II - Minuta Do Contrato Administrativo;

31.19.3. Anexo III - Minuta da Proposta Atualizada;

31.19.4. Anexo IV - Minuta da Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/1988.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



31.19.5. Anexo V - Minuta Da Declaração Reserva De Cargos PCD;

31.19.6. Anexo VI - Minuta Da Declaração Proposta Econômica Integra Custos Para Atendimento De Direitos Trabalhistas.

Fronteira/MG; 01 de junho de 2026.

MÁRCIO ANTONIO FERREIRA  
Agente de Contratação



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

(Inciso XXIII do Art. 6º e §1º do Art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021)

### ESPECIFICAÇÕES/CUSTO ESTIMADO

**PROCESSO Nº 0033443**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026**

**UNIDADE REQUISITANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA.

**RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO:** YARA FERNANDA CARVALHO.

**TIPO:** MENOR PREÇO POR ITEM.

**1. OBJETO:** REFERE-SE. À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS FISIOTERAPÊUTICOS, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIO, A SEREM UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DIÁRIAS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE FRONTEIRA/MG.

1.1. Dos itens:

#### LOTE 1: ELETRÔNICOS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE
1	NOTEBOOK INTEL CORE I5 - DESCRIÇÃO DO PRODUTO: MEMÓRIA RAM 8GB; ARMAZENAMENTO DE 512GB; TELA 15.3" FHD (1920X1200); COM OBTURADOR DE PRIVACIDADE BLUETOOTH - 5.2 WINDOWS 11 HOME.	UNIDADE	1
2	SMART TV 55 POLEGADAS - DESCRIÇÃO DO PRODUTO: TELA LED ULTRA HD 4K, PROCESSADOR QUAD CORE, SISTEMA OPERACIONAL GOOGLE TV, GOOGLE ASSISTENTE INTEGRADO, DOLBY DIGITAL, ÁUDIO DOLBY, BIVOLT, CLASSE DE CONSUMO A; WI-FI INTEGRADO; FORMATO DA TELA: PLANA; CONEXÕES: HDMI, USB, WI-FI, BLUETOOTH, ETHERNET; CONTROLE REMOTO; TENSÃO/VOLTAGEM: BIVOLT.	UNIDADE	1

#### LOTE 2: FISIOTERAPÊUTICOS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE
1	ESTEIRA ERGOMÉTRICA ELÉTRICA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: POTÊNCIA DE 4HP E 12 PROGRAMAS VARIADOS, COM A CHAVE DE SEGURANÇA INTEGRADA E O SENSOR CARDÍACO HAND GRIP, 15 NÍVEIS DE INCLINAÇÃO ELETRÔNICA, COM TELA DIGITAL FORNECE COM INFORMAÇÕES PRECISAS SOBRE TEMPO, DISTÂNCIA, VELOCIDADE E CALORIAS QUEIMADAS; COR: PRETO; PROGRAMAS: 12; VOLTAGEM: 127V; PESO MINIMO DO USUÁRIO: 130KG; DIMENSÕES MONTADA (LXAXP): 78 X 1,32 X 1,58 CM.	UNIDADE	2

#### LOTE 3: ELETRODOMÉSTICOS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE
1	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER 18000 BTUS - DESCRIÇÃO DO PRODUTO: VOLTAGEM: 220V; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA: A; TECNOLOGIA: INVERTER; CICLO: QUENTE E FRIO; GÁS REFRIGERANTE: R32; FUNÇÕES: SLEEP, TIMER, OSCILAR E TURBO; MODOS DE OPERAÇÃO: REFRIGERA, AQUECE, DESUMIDIFICA, VENTILA E AUTO;	UNIDADE	1



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



	RECOMENDADO PARA ÁREAS DE 25 A 40 M; NÍVEL DE RUÍDO: 48 DB(A) INTERNA E 61 DB(A) EXTERNA; DIMENSÕES UNIDADE INTERNA: 91 L X 29 A X 20,5 P CM; DIMENSÕES UNIDADE EXTERNA: 52 L X 68 A X 46 P CM; DIMENSÕES EMBALAGEM UNIDADE INTERNA: 97 L X 38 A X 28,5 P CM; DIMENSÕES EMBALAGEM UNIDADE EXTERNA: 59 L X 71,5 A X 52 P CM.		
--	---	--	--

### LOTE 4: MOBILIÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE
1	CONJUNTO SALA DE JANTAR MESA RETANGULAR COM TAMPO GRANITO TOPÁZIO E 8 CADEIRAS - DESCRIÇÃO DO PRODUTO - MEDIDA DA MESA (A X L X P): 76,8 CM X 180 CM X 75 CM; MATERIAL DA ESTRUTURA DA CADEIRA: AÇO; MATERIAL DO TAMPO: GRANITO.	UNIDADE	1
2	GABINETE DE COZINHA COM PIA COM PORTAS E 2 GAVETAS BRANCO -DESCRIÇÃO DO PRODUTO: DIMENSÕES(CM): COMPRIMENTO(PROFUNDIDADE): 43,2CM X LARGURA: 105CM X ALTURA: 89,2CM; TIPO DE ESTRUTURA: 100% AÇO.	UNIDADE	1
3	SOFÁ DE CANTO 4 LUGARES COM 4 ALMOFADAS - DESCRIÇÃO DO PRODUTO: COR: MARROM; PÉS DE PLÁSTICO NA COR TABACO; ALTURA (CM): 85 LARGURA (CM): 181.	UNIDADE	1

1.2. O objeto desta Contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, o objeto desta Contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O prazo de vigência para essa Aquisição será de 30 (trinta) dias.

1.4. Os bens/produtos objeto desta aquisição serão licitados por menor preço por item, garantindo mais clareza e que cada item seja adquirido com maior qualidade e adequação às necessidades específicas da APAE.

1.5. Os bens a serem adquiridos foram parcelados, na forma do art.40, inciso V, alínea "b" da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2023, tendo em vista a viabilidade técnica e econômica, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO:

2.1. A presente aquisição fundamentar-se-á na necessidade de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços socioassistenciais prestados pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Fronteira/MG, sob a supervisão da Secretaria Municipal de Assistência Social e Promoção Humana.

2.2. A demanda decorrerá da frustração parcial dos Pregões Eletrônicos nº 076/2024 (Processo nº 32837) e nº 037/2025 (Processo nº 33020), nos quais não terá havido adjudicação de determinados itens essenciais, comprometendo a estrutura necessária ao pleno funcionamento das atividades desenvolvidas pela entidade.

2.3. Nesse contexto, a aquisição encontrar-se-á amparada nos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e da supremacia do interesse público, uma vez que a ausência dos equipamentos fisioterapêuticos, eletrodomésticos e mobiliários comprometerá diretamente a prestação adequada dos serviços e o atendimento aos usuários.

2.4. Ademais, a medida observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao planejamento das contratações públicas, visando assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a adequada execução das políticas públicas de assistência social.





2.5. Dessa forma, a aquisição mostrar-se-á necessária, adequada e proporcional para suprir as demandas existentes, garantindo condições estruturais mínimas para a continuidade dos atendimentos e a promoção da dignidade dos usuários assistidos.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:**

3.1. A solução proposta para a aquisição de equipamentos fisioterapêuticos, eletrodomésticos e mobiliário pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Município, busca atender integralmente as necessidades do Centro Dia, com o objetivo de proporcionar um ambiente adequado, seguro e funcional para o atendimento de pessoas com deficiência.

3.2. Aquisição dos Equipamentos e Mobiliários:

3.2.1. A primeira etapa da solução consiste na aquisição dos equipamentos e mobiliários especificados no Termo de Referência. Estes itens foram cuidadosamente selecionados com base nas atividades desenvolvidas no Centro Dia da APAE, que incluem atendimentos fisioterapêuticos, cuidados diários e suporte educacional para pessoas com deficiência que necessitam de assistência contínua.

3.2.2. Os equipamentos fisioterapêuticos adquiridos, como cadeiras de rodas, plataformas vibratórias e aparelhos de reabilitação, visam melhorar a mobilidade dos usuários, contribuindo para a promoção da autonomia e a recuperação física. Os eletrônicos, eletrodomésticos e mobiliário complementarão as instalações, oferecendo conforto e suporte às necessidades diárias, como preparo de refeições e descanso.

3.3. Instalação e Montagem:

3.3.1. Após a aquisição, o próximo passo será a entrega, montagem e instalação dos itens adquiridos. O fornecedor será responsável pela correta instalação dos equipamentos e mobiliário nas dependências da APAE, garantindo que todos os produtos estejam operacionais e prontos para uso. Técnicos especializados realizarão a instalação de equipamentos mais complexos, como os aparelhos fisioterapêuticos, assegurando que os mesmos estejam configurados e ajustados conforme as normas técnicas.

3.4. Ciclo de Vida do Equipamento:

3.4.1. A solução considera o ciclo de vida completo dos equipamentos adquiridos, desde a sua aquisição até o uso contínuo, passando pela manutenção preventiva e corretiva. Os itens selecionados possuem garantia mínima de 12 meses, assegurando que, em caso de falhas ou problemas técnicos, o fornecedor prestará a devida assistência técnica, promovendo a substituição de peças ou reparos necessários.

3.4.2. A manutenção preventiva dos equipamentos fisioterapêuticos será realizada periodicamente, garantindo que os itens permaneçam em boas condições de uso por longos períodos. O mobiliário e eletrodomésticos, por sua vez, também receberão cuidados preventivos para evitar desgastes prematuros e prolongar sua vida útil.

3.5. Capacitação e Treinamento:

3.5.1. Parte importante da solução envolve o treinamento da equipe da APAE para o uso adequado dos novos equipamentos. O fornecedor oferecerá capacitação básica sobre o funcionamento dos equipamentos fisioterapêuticos e eletrodomésticos, assegurando que a equipe possa operar os itens de forma correta e segura. Esse treinamento também contribuirá para a manutenção dos equipamentos, evitando o uso inadequado que poderia resultar em danos.

3.6. Integração com o Atendimento:

3.6.1. A implementação dos novos equipamentos e mobiliário será totalmente integrada às atividades diárias do Centro Dia da APAE. As camas, cadeiras de rodas, aparelhos de fisioterapia e demais itens adquiridos permitirão que os profissionais da instituição ampliem o leque de serviços oferecidos, proporcionando uma experiência mais completa e de qualidade para os usuários.

3.6.2. O uso adequado dos equipamentos fisioterapêuticos permitirá a realização de terapias físicas mais efetivas, enquanto os eletrodomésticos e o mobiliário darão suporte às atividades cotidianas, promovendo um ambiente mais acolhedor e funcional para todos os assistidos.

3.7. Sustentabilidade e Eficiência. Energética:



3.7.1. Sempre que possível, a aquisição será feita com base em critérios de sustentabilidade. Eletrodomésticos de alta eficiência energética serão priorizados, visando à redução do consumo de energia e promovendo uma operação mais sustentável do Centro Dia. Além disso, o mobiliário e equipamentos adquiridos deverão ser fabricados com materiais duráveis e recicláveis, reduzindo o impacto ambiental a longo prazo.

**3.8. Resultados Esperados:**

3.1. Ao final do processo de aquisição e implementação, espera-se que o Centro Dia da APAE esteja totalmente equipado para atender às necessidades dos seus usuários de forma eficiente e humanizada. A melhoria nas condições de atendimento terá impacto direto na qualidade de vida das pessoas com deficiência assistidas, promovendo sua autonomia, saúde e bem-estar. Além disso, a modernização dos equipamentos contribuirá para a otimização das atividades realizadas pelos profissionais da APAE, proporcionando um atendimento mais qualificado e seguro.

3.9. A solução proposta abrange todas as fases do processo de aquisição e uso dos equipamentos e mobiliários necessários ao Centro Dia da APAE. Desde a escolha dos itens adequados, passando pela instalação, treinamento, e manutenção, até a garantia de que esses itens atendam às normas de segurança e qualidade, a proposta visa garantir que o ambiente esteja completamente preparado para o atendimento especializado de pessoas com deficiência. A implementação dessa solução trará benefícios duradouros tanto para os usuários quanto para os profissionais da APAE, assegurando que os serviços prestados sejam realizados com excelência.

**4. REQUISITOS DA AQUISIÇÃO:**

**4.1. Da Indicação de Marcas ou Modelos:**

4.1.1. Não serão exigidas marcas específicas para a contratação, uma vez que as marcas constantes nos descritivos abaixo, são apenas referências, podendo a empresa fornecer itens idênticos ou similares que atendam a especificação do objeto.

**4.2. Da Certificação e Conformidade com as Normas:**

4.2.1. Prezando pelo bom funcionamento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Município, os bens deverão ser novos, de qualidade e em bom funcionamento. Não serão aceitos equipamentos de mostruário, assim como de reuso;

4.2.2. Os equipamentos fisioterapêuticos e eletrodomésticos devem estar em conformidade com as normas regulamentadoras brasileiras, especialmente as relativas à saúde, segurança e qualidade, como as exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), além das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), quando aplicáveis.

**4.3. Da Especificação Técnica:**

4.3.1. Todos os itens a serem adquiridos devem atender às especificações técnicas detalhadas, garantindo que os materiais, equipamentos e mobiliário sejam adequados às atividades desenvolvidas pela APAE. O fornecedor deverá apresentar documentação técnica que comprove a conformidade com as especificações e normas de qualidade estabelecidas para cada item.

**4.4. Da Capacitação de Uso:**

4.4.1. Se aplicável, o fornecedor deverá oferecer treinamento básico sobre o uso e a manutenção dos equipamentos fisioterapêuticos e eletrodomésticos para os profissionais da APAE. Esse treinamento deve ser ministrado por um técnico qualificado e ser adequado às necessidades operacionais da equipe, garantindo o uso correto e seguro dos itens adquiridos.

**4.5. Da Garantia:**

4.5.1. Todos os itens adquiridos devem possuir garantia mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega e instalação, incluindo cobertura de assistência técnica e reposição de peças, sem ônus adicional para a APAE. Durante o período de garantia, o fornecedor deverá garantir suporte técnico rápido e eficiente para solucionar eventuais problemas ou falhas nos equipamentos.

**4.6. Da Responsabilidades do Fornecedor:**

4.6.1. O fornecedor será responsável por qualquer avaria ou dano que ocorra durante o transporte, entrega, instalação ou montagem dos itens. É sua obrigação fornecer produtos novos, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento.



4.6.1.1. A manutenção e/ou troca deverá acontecer em no máximo 15 (quinze) dias corridos;

4.7. Da Instalação e Montagem:

4.7.1. O fornecedor será responsável pela entrega, descarregamento, montagem e instalação de todos os equipamentos e mobiliário nas dependências da APAE. A instalação deve ser realizada por técnicos capacitados, assegurando que todos os itens estejam operacionais e prontos para o uso, de acordo com as instruções do fabricante e as necessidades da instituição.

4.8. Do Prazo de Entrega:

4.8.1. O prazo máximo para a entrega dos materiais e equipamentos será de até 30 (trinta) dias corridos a partir do empenho. O fornecedor deverá garantir o cumprimento rigoroso desse prazo, com a entrega dos itens na sede da APAE de Fronteira-MG, conforme as condições logísticas estabelecidas no Termo de Referência.

4.9. Do Critério de Sustentabilidade:

4.9.1. Sempre que possível, os produtos ofertados deverão atender a critérios de sustentabilidade, tais como economia de energia, baixa emissão de poluentes, materiais recicláveis e outros aspectos que promovam a responsabilidade ambiental. O fornecedor deverá detalhar essas características na proposta, quando aplicáveis.

4.10. Da Apresentação de Amostras:

4.10.1. Não haverá exigência de amostra.

4.11. Subcontratação:

4.11.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.

4.12. Esses requisitos são fundamentais para assegurar que o processo de aquisição da APAE de Fronteira-MG seja realizado de maneira eficiente, garantindo a qualidade dos equipamentos e mobiliários adquiridos e proporcionando as melhores condições para o atendimento das pessoas com deficiência atendidas pela instituição.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

5.1. Forma de fornecimento:

5.1.1. O fornecimento dos bens será conforme a necessidade e demanda da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Município.

5.2. Condições de Entrega:

5.2.1. O fornecedor deverá entregar os bens de forma provisória, de acordo com a necessidade da APAE, em dias úteis, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do pedido, respeitando-se o horário de recebimento, no Seguinte Endereço:

5.2.1.1. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE).

ENDEREÇO: AVENIDA AFONSO GAIOSO, Nº 260, VILA RESIDENCIAL DE FURNAS - CEP: 38.230-000.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: SEGUNDA À SEXTA-FEIRA DAS 08:00 ÀS 10:00 E DAS 13:00 ÀS 16:00 HORAS.

5.2.2. Os bens deverão ser descarregados, montados e entregues no interior dos locais designados para a entrega, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Promoção Humana, que especificará nas Autorizações de Fornecimento o quantitativo a ser entregue, devendo a Contratada obedecer ao prazo, local e horários especificados no neste Termo.

5.2.3. O custo referente ao transporte dos bens será de responsabilidade única da contratada e deverá ser transportado de acordo com a legislação sanitária, se for o caso.

5.2.4. Os bens deverão ser entregues montados pela contratada para avaliação da fiscalização.

5.2.5. Os bens deverão ser entregues em embalagens adequadas à natureza dos mesmos, ou seja, que resistam ao peso, à forma e às condições de transporte, garantindo que sejam entregues em perfeito estado de conservação e limpeza. O material danificado não será recebido.

5.2.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, indicando novo prazo para entrega do objeto.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



### **5.3. Prazo de Validade/Garantia dos Bens:**

5.3.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **5.4. Das Obrigações:**

5.4.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações do Contratante:

5.4.2. Receber, fiscalizar, orientar, contestar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto adquirido;

5.4.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento Contratada, podendo realizar testes nos bens fornecidos;

5.4.2.2. Atestar nas notas fiscais/fatura a efetiva entrega do objeto Contratada e o seu recebimento;

5.4.2.3. Efetuar os pagamentos devidos;

5.4.2.4. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da Contratada, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;

5.4.2.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

5.4.3. O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da aquisição, de seus empregados, prepostos ou subordinados

### **5.5. Das Obrigações da Contratada:**

5.5.1. A Contratada cumprirá todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.5.1.1. Entregar os bens de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

5.5.1.2. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à execução do fornecimento.

5.5.1.3. Substituir, no prazo fixado pelo Contratante, os itens fornecidos fora das especificações ou com quaisquer outras irregularidades.

5.5.1.4. Garantir a boa qualidade dos materiais entregues.

5.5.1.5. Responsabilizar-se pelo transporte dos itens, de seu estabelecimento até o local determinado, bem como pelo seu descarregamento e montagem.

5.5.2. Considerar os preços propostos completos e suficientes para aquisição dos bens, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte da contratada;

5.5.2.1. Arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes da aquisição, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens licitados;

5.5.2.2. Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência;

5.5.3. Indenizar terceiros e ao contratante os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação, em conformidade com o artigo 120 da Lei n.º 14.133/21;

5.5.4. Prestar informações sobre a utilização do objeto;

5.5.5. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no pregão eletrônico, durante o prazo de entrega do objeto, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

5.5.6. Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas.





5.5.7. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor;

## **6. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO:**

6.1. Ficará à cargo da senhora Eliana Aparecida de Freitas - Assistente Social; a Gestão do Contrato Administrativo;

6.2. Ficará a cargo da Senhora Ana Gabriela da Silva Gomes – Diretor do CRAS, a fiscalização do Contrato Administrativo.

6.3. As obrigações decorrentes desta licitação deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, *caput*).

6.4. A execução das obrigações decorrentes desta licitação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do Contrato Administrativo ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, *caput*), que:

6.4.1. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).

6.4.2. Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

7.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.1. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.3. No caso de controvérsia sobre a execução do contrato, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do contrato, para efeito de liquidação e pagamento.

### **7.2. Liquidação:**

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente na unidade responsável pela liquidação, correrá o prazo de até 10 (dez) dias para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

### **7.3. Prazo de Pagamento:**

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme solicitação do Contratante.

7.3.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a marca, modelo e o quantitativo efetivamente entregue.

7.3.3. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal conforme legislação vigente.

7.3.4. Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

### **7.4. Forma de Pagamento:**

7.4.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.



## 8. FORMA DE CRITÉRIO E SELEÇÃO DE FORNECEDOR:

8.1. Dado que os bens pretendidos possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de edital, bem como especificações usuais de mercado, deverão ser adquiridos por meio de PREGÃO ELETRÔNICO, conforme disposto no Art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. O julgamento da proposta será realizado pelo critério de MENOR PREÇO, nos termos do Inciso I do Art. 33 da Lei nº. 14.133/2021.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA AQUISIÇÃO:

9.1. O valor estimado desta Aquisição é de **R\$ 23.088,23 (vinte e três mil oitenta e oito reais e vinte e três centavos)**, conforme valores apostos nas tabelas:

### LOTE 1: ELETRÔNICOS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	NOTEBOOK INTEL CORE I5	UNIDADE	1	R\$ 3.982,96	R\$ 3.982,96
2	SMART TV 55 POLEGADAS	UNIDADE	1	R\$ 2.787,36	R\$ 2.787,36

### LOTE 2: FISIOTERAPÊUTICOS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ESTEIRA ERGOMÉTRICA ELÉTRICA.	UNIDADE	2	R\$ 4.074,00	R\$ 8.148,00

### LOTE 3: ELETRODOMÉSTICOS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER 18000 BTUS.	UNIDADE	1	R\$ 3.555,84	R\$ 3.555,84

### LOTE 4: MOBILIÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CONJUNTO SALA DE JANTAR MESA RETANGULAR COM TAMPO GRANITO TOPÁZIO E 8 CADEIRAS	UNIDADE	1	R\$ 1.608,67	R\$ 1.608,67
2	GABINETE DE COZINHA COM PIA COM PORTAS E 2 GAVETAS BRANCO	UNIDADE	1	R\$ 1.230,21	R\$ 1.230,21
3	SOFÁ DE CANTO 4 LUGARES COM 4 ALMOFADAS	UNIDADE	1	R\$ 1.775,19	R\$ 1.775,19

## 10. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. Cabe à Autoridade competente promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações. A fase preparatória das contratações está ancorada na existência de recursos orçamentários nas leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos.

A Lei Municipal nº 2.161 de 15 de dezembro de 2025, que dispõe sobre o Orçamento Municipal de 2026, apresenta os seguintes recursos orçamentários para garantir a contratação demandada, como segue:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



**ÓRGÃO:** EXECUTIVO.

**ENTIDADE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA.

**FUNÇÃO:** ASSISTÊNCIA SOCIAL.

**SUBFUNÇÃO:** ADMINISTRAÇÃO GERAL.

**PROGRAMA:** ATENÇÃO SOCIAL BÁSICA E/OU ESPECIAL.

**PROJETO/ATIVIDADE:** GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS

**ELEMENTO:** EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

**VALOR ORÇADO DISPONÍVEL:** R\$ 23.088,23 (vinte e três mil oitenta e oito reais e vinte e três centavos).

**RECURSO:** 1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS E IMPOSTOS, (PORTARIA STN Nº 710/2021 ATUALIZADA).

Fronteira/MG, 01 de junho de 2026.

**YARA FERNANDA CARVALHO**  
**GESTORA MUNICIPAL DE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA**  
**MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA/FMAS**



ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_  
CONTRATO N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_

O **MUNICÍPIO DE FRONTEIRA**, com sede administrativa na Av. Minas Gerais nº 110, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 18.449.140/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SERGIO PAULO CAMPOS, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_ – Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ – UF, inscrita no CNPJ/MF N. \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, (qualificação completa), \_\_\_\_\_ (endereço), e-mail institucional: \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº. 14.133/21, decorrente do Processo Administrativo nº. 0033443 – Pregão Eletrônico nº 037/2026 e pelas condições que estipulam a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO** - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS FISIOTERAPÊUTICOS, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIO, A SEREM UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DIÁRIAS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE FRONTEIRA/MG.

1.1. Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Processo Administrativo nº 0033443, Pregão Eletrônico nº 037/2026, bem como a proposta da CONTRATADA, anexos e pareceres que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.

1.2. A execução do objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o descrito no Termo de referência e demais anexos, que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR GLOBAL DO CONTRATO** - O valor global deste contrato é de R\$ \_\_\_\_\_, correspondente à proposta ofertada pela CONTRATADA.

2.1. A contratada se compromete a fornecer durante o prazo de vigência deste contrato, os seguintes itens:

\_\_\_\_\_

2.2. No preço contratado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, conforme o caso.

2.3. Serão incorporados ao contrato, mediante Termo Aditivo todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do CONTRATANTE ou por acordo entre as partes.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



**CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA** - O prazo de vigência do Contrato Administrativo será de 01 (um) ano, com início em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026 e término previsto para o dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2027.

**CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO** - O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme solicitação do Contratante.

4.1. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a marca, modelo e o quantitativo efetivamente entregue.

4.2. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal conforme legislação vigente.

4.2.1. Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

4.3. Forma de Pagamento: O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

**CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN. PLANEJ. E FINANÇAS

Função: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

Subfunção: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 1004 – BLOCO GESTÃO ADMINISTRATIVA

Projeto/Atividade: 2.188 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL - FMAS

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Subelemento: 4.4.90.52.18.00 – MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS

Fonte de Recurso: 2661 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTAD. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1500 – RECURSOS NÃO VINCULADO DE IMPOSTOS

**CLÁUSULA SEXTA - EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**6.1. FORMA DE FORNECIMENTO:**

6.1.1. O fornecimento dos bens será conforme a necessidade e demanda da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Município;

**6.2. CONDIÇÕES DE ENTREGA:**

6.2.1. O fornecedor deverá entregar os bens de forma provisória, de acordo com a necessidade da APAE, em dias úteis, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do pedido, respeitando-se o horário de recebimento, no Seguinte Endereço:

6.2.1.1. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE).

ENDEREÇO: AVENIDA AFONSO GAIOSO, Nº 260, VILA RESIDENCIAL DE FURNAS - CEP: 38.230-000.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: SEGUNDA À SEXTA-FEIRA DAS 08:00 ÀS 10:00 E DAS 13:00 ÀS 16:00 HORAS.

6.2.2. Os bens deverão ser descarregados, montados e entregues no interior dos locais designados para a entrega, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Promoção Humana, que especificará nas Autorizações de Fornecimento o quantitativo a ser entregue, devendo a Contratada obedecer ao prazo, local e horários especificados no Termo de Referência;



6.2.3. O custo referente ao transporte dos bens será de responsabilidade única da contratada e deverá ser transportado de acordo com a legislação sanitária, se for o caso;

6.2.4. Os bens deverão ser entregues montados pela contratada para avaliação da fiscalização;

6.2.5. Os bens deverão ser entregues em embalagens adequadas à natureza dos mesmos, ou seja, que resistam ao peso, à forma e às condições de transporte, garantindo que sejam entregues em perfeito estado de conservação e limpeza. O material danificado não será recebido;

6.2.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, indicando novo prazo para entrega do objeto.

### **6.3. PRAZO DE VALIDADE/GARANTIA DOS BENS:**

6.3.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **6.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

6.4.1. Receber, fiscalizar, orientar, contestar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto adquirido;

6.4.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento Contratada, podendo realizar testes nos bens fornecidos;

6.4.3. Atestar nas notas fiscais/fatura a efetiva entrega do objeto Contratada e o seu recebimento;

6.4.4. Efetuar os pagamentos devidos;

6.4.5. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da Contratada, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;

6.4.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

6.4.7. O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da aquisição, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **6.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

6.5.1. A Contratada cumprirá todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto:

6.5.2. Entregar os bens de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência;

6.5.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à execução do fornecimento;

6.5.4. Substituir, no prazo fixado pelo Contratante, os itens fornecidos fora das especificações ou com quaisquer outras irregularidades;

6.5.5. Garantir a boa qualidade dos materiais entregues;



6.5.6. Responsabilizar-se pelo transporte dos itens, de seu estabelecimento até o local determinado, bem como pelo seu descarregamento e montagem;

6.5.7. Considerar os preços propostos completos e suficientes para aquisição dos bens, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte da contratada;

6.5.8. Arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes da aquisição, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens licitados;

6.5.9. Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Termo de Referência;

6.5.10. Indenizar terceiros e ao contratante os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação, em conformidade com o artigo 120 da Lei n.º 14.133/21;

6.5.11. Prestar informações sobre a utilização do objeto;

6.5.12. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no pregão eletrônico, durante o prazo de entrega do objeto, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

6.5.13. Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

6.5.14. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor;

**CLÁUSULA SÉTIMA - ACRÉSCIMOS E /OU REDUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO –**

A Contratada será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - EXTINÇÃO CONTRATUAL** - Constituirão motivos para extinção do contrato as seguintes situações:

8.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas do Edital ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

8.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

8.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

8.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

8.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;



8.6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

8.7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

8.8. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

8.8. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

8.10. Serão observados na rescisão do contrato os termos dos Art. 137 a 138 da Lei 14.133/21.

8.11. A rescisão deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA - INFRAÇÕES** - A contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

9.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.

9.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

9.3. Dar causa à inexecução total do contrato.

9.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

9.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

9.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

9.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

9.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

9.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

9.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** – Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.1. Advertência;

10.2. Multa;





10.3. Impedimento de licitar e contratar e;

10.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.5.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 29% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

10.6.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1 à 9.6 deste Edital, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

10.6.2. Para as infrações previstas nos itens 9.7 a 9.11 deste Edital, a multa será de 15,01% à 9% do valor do contrato licitado.

10.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.8. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato, DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas neste Edital.

10.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

10.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1 à 9.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste ente federativo pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática de infrações dispostas nos itens 9.7 à 9.11 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1 à 9.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.12. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.



10.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão, recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento;

10.14.1. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO:** Ficará à cargo da senhora Eliana Aparecida de Freitas - Assistente Social; a Gestão do Contrato Administrativo.

11.1. Ficará a cargo da Senhora na Ana Gabriela da Silva Gomes – Diretor do CRAS, a fiscalização do Contrato Administrativo.

11.2. As obrigações decorrentes desta licitação deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, *caput*).

11.3. A execução das obrigações decorrentes desta licitação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal da Contrato Administrativo ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, *caput*), que:

11.4. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).

11.5. Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CESSÃO** - A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL** - O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/21, Decreto nº. 6.956/2023, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Processo nº 0033443, Pregão Eletrônico nº 037/2026.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



13.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº. 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RETENÇÃO DO IRRF** - *Conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa RFB nº 1334, de 11 de janeiro de 2013, Decisão Supremo Tribunal Federal - Tema 1130 de 08 de outubro de 2021 Recurso Extraordinário nº 1.293.453 e IN 2145 de 26 de junho de 2023: ficam os municípios OBRIGADOS a efetuar a retenção, na fonte, do Imposto de Renda;*

*14.1 - Portanto, o Município de Fronteira/MG; efetuará as RETENÇÕES RELATIVAS AO IMPOSTO DE RENDA incidente sobre a aquisição em tela, devendo o credor efetuar o devido destaque da retenção nas notas fiscais, conforme consta na IN da RFB nº 1334/2013 e seu anexo I, como condição para recebimento dos valores.*

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO** - As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Frutal/MG; com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Fronteira/MG; \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

MUNICIPIO DE FRONTEIRA  
SÉRGIO PAULO CAMPOS  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

ELIANA APARECIDA DE FREITAS  
Gestora do Contrato Administrativo

ANA GABRIELA DA SILVA GOMES  
Fiscal do Contrato Administrativo

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



**ANEXO III**  
**MINUTA DA PROPOSTA ATUALIZADA**

**PROCESSO Nº 0033443**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS FISIOTERAPÊUTICOS, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIO, A SEREM UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DIÁRIAS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE FRONTEIRA/MG.**

Número do edital:					
Órgão comprador:					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	MARCA / MODELO	Vr. Unitário	Vr. Total
01					
Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no edital):					
<p><b>DECLARAMOS QUE: DECLARAMOS QUE:</b></p> <p>(     ) Estamos ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior;</p> <p>(     ) A proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados;</p> <p>(     ) Não incorremos nas condições impeditivas do art. 9º, §1º da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p>(     ) Estamos enquadrados como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos conhecemos na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.</p>					
Data:					



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



## **ANEXO IV**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**

**PROCESSO Nº 0033443**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS FISIOTERAPÊUTICOS, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIO, A SEREM UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DIÁRIAS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE FRONTEIRA/MG.**

A empresa \_\_\_\_\_, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20XX.

Representante Legal: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante e o Carimbo do CNPJ da Licitante



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



**ANEXO V**

**MINUTA DA DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGOS PCD**

**PROCESSO Nº 0033443**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS FISIOTERAPÊUTICOS, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIO, A SEREM UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DIÁRIAS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE FRONTEIRA/MG.**

A empresa \_\_\_\_\_, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA** para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência – PcD, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 92, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante da empresa





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO VI

MINUTA DA DECLARAÇÃO PROPOSTA ECONÔMICA INTEGRA CUSTOS PARA  
ATENDIMENTO DE DIREITOS TRABALHISTAS.

PROCESSO Nº 0033443

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS FISIOTERAPÊUTICOS, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIO, A SEREM UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DIÁRIAS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE FRONTEIRA/MG.

A empresa \_\_\_\_\_, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA** para todos fins que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



**AVISO DE EDITAL**  
**PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI, ME, EPP**

**PROCESSO Nº 0033443**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026**  
**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

A Prefeitura Municipal de Fronteira torna público que às 08h30min do dia 18 DE JUNHO DE 2026, fará realizar através da **LICITANET** através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), Pregão Eletrônico objetivando **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS FISIOTERAPÊUTICOS, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIO, A SEREM UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DIÁRIAS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE FRONTEIRA/MG.**

O Edital encontra-se disponível no site oficial do Município [www.frenteira.mg.gov.br](http://www.frenteira.mg.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas junto à Pregoeira, no endereço acima referido. Telefone 34-3199 - 9990 - Ramal - 1413.

FRONTEIRA, 02 de junho de 2026.

MÁRCIO ANTONIO FERREIRA  
Agente de Contratação